



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA**

A escola enquanto espaço democrático na concepção de esfera pública em *A condição humana* de Hannah Arendt

Gustavo Barbosa Nogueira Pacheco

Seropédica/RJ
Setembro de 2022



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA**

A escola enquanto espaço democrático na concepção de esfera pública em *A condição humana* de Hannah Arendt

Gustavo Barbosa Nogueira Pacheco

Trabalho apresentado como requisito
parcial para obtenção do grau de
Licenciado em Filosofia, sob orientação
do Prof. Dr. Walter Valdevino Oliveira Silva

Seropédica/RJ
Setembro de 2022

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA

Gustavo Barbosa Nogueira Pacheco

Monografia submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Licenciado em Filosofia** no Curso de Licenciatura em Filosofia.

MONOGRAFIA APROVADA EM 28/09/2022:

Prof. Dr. Walter Valdevino Oliveira Silva – UFRRJ
(Orientador)

Prof. Dr. Danilo Bilate de Carvalho – UFRRJ

Prof. Dr. Rodrigo Pinto de Brito – UFRRJ

AGRADECIMENTOS

Dedico esta monografia ao meu avô, que faleceu durante este ano conturbado de pandemia; à minha avó, que sempre esteve presente em todos os momentos da minha vida desde o meu nascimento; à minha mãe, por me ajudar mais do que o necessário muitas vezes; às minhas irmãs, que sempre pertenceram ao ambiente escolar quase que paralelamente a mim; à minha esposa, que desde o início do nosso relacionamento tem sido a pessoa mais importante na minha vida; e ao meu padrasto, por ser um ótimo amigo e confidente.

“A educação é onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não
expulsá-las de nosso mundo.”

Hannah Arendt, “A crise na educação”, p. 14

RESUMO

Segundo Hannah Arendt, “A condição humana” está relacionada a três atividades fundamentais vinculadas às condições básicas da vida, as quais todos os seres humanos têm de ter conhecimento: o labor, o trabalho e a ação. O labor é a atividade correspondente ao processo biológico do corpo humano e tem a ver com as necessidades vitais: assegura a sobrevivência do indivíduo e a vida da espécie. O trabalho permite a criação de objetos e a transformação da natureza, proporcionando a criação de um habitat distinto daqueles dos outros animais, já que o ser humano cria e modifica seu ambiente constantemente. A ação, por sua vez, é a única atividade que independe da medição da matéria e se relaciona com a condição humana da pluralidade. A ação é a única atividade da condição humana que só pode ser praticada com outros homens. Sendo assim, ela é a condição de toda a vida política do homem. Este trabalho visa apresentar e refletir sobre o papel da escola como espaço democrático na nossa atualidade, relacionando o termo “esfera pública”, presente no livro, com a atividade humana da ação, a mais importante das atividades segundo Arendt.

Palavras-chave: Labor, trabalho, ação, educação, democracia, liberdade.

SUMÁRIO

Introdução.....	08
Capítulo 1 - A condição humana.....	10
1.1 - Esferas públicas e privadas.....	11
Capítulo 2 - Labor, trabalho e ação.....	14
2.1 – Labor.....	14
2.2 - Trabalho.....	15
2.3 - Ação.....	16
2.4 - A <i>vita activa</i> e a era moderna.....	17
Capítulo 3 - A escola e seu papel na sociedade.....	20
3.1 - A escola enquanto espaço democrático.....	20
3.2 - O conceito de esfera pública e a escola.....	22
Conclusão.....	27
Bibliografia.....	28

Introdução

Hannah Arendt é considerada uma das maiores intelectuais na área da filosofia política. De origem judaica, a filósofa alemã sofreu com a perseguição nazista, sendo presa por alguns dias pela polícia alemã. Exilada nos Estados Unidos, lecionou e trabalhou em diversas universidades e escolas. Toda a sua obra é de grande relevância para a área da filosofia política, contribuindo com estudos acerca do totalitarismo, antisemitismo, autoritarismo, liberdade, filosofia, política, educação, entre outros temas. Ela nasceu em Linden, Hannover, em 1906 e faleceu em dezembro de 1975, em Nova Iorque, com 69 anos de idade.

Em seu livro *A condição humana* (Arendt, 2007), ela procura fazer uma análise aos problemas da sociedade da era moderna, passando por um mapeamento histórico, desde a Grécia Antiga até a era moderna, analisando as comunidades humanas vividas em sociedade. Seu ponto de partida é um fato contemporâneo, a ida do homem à Lua. Ela diz que esse evento foi motivado por, pelo menos, 100 anos de “uma rebelião humana”, consequência do grande desenvolvimento científico e tecnológico produzido pelas mãos do próprio homem. Segundo Arendt (2007, p. 11), esse evento provocou pelo menos dois problemas para a sociedade moderna: o primeiro, a questão do diálogo, já que as verdades da visão moderna de ciência não estão inclinadas à fala e ao raciocínio. O diálogo perdeu espaço como expressão normal de fala. Ela alerta para o fato da separação entre o conhecimento no sentido moderno e o pensamento, salientando que podemos ser escravos das máquinas devido ao avanço do conhecimento moderno. Seremos, segundo ela, seres sem raciocínio. Para Arendt, os eventos científicos têm grande apelo político, e é categoricamente o discurso que torna um ser político. O primeiro problema é nítido: a falta de raciocínio e do diálogo político acerca das novas tecnologias acarreta a transformação dos seres humanos em escravos. O segundo problema se baseia no surgimento da automação, que geraria um esvaziamento de pessoas nas fábricas e modificaria de uma vez por todas a humanidade.

Arendt (2007, p. 11) chama atenção para o fato de o trabalho não ser mais considerado um fardo, ideia da antiguidade. Essa ideia de trabalho como não sendo mais um fardo é um aspecto fundamental que a autora desenvolverá a respeito da condição humana. Sobre esse tema, ela caracteriza a era moderna como a glorificação do trabalho teórico, mostrando o surgimento de uma sociedade operária, uma sociedade de

trabalhadores que não conhecem as outras atividades superiores e mais importantes da vida para se conquistar a liberdade, restringindo-os apenas ao trabalho. Arendt (2007, p. 13) não busca responder a esses problemas, mas sim criar uma reconsideração da condição humana em meio às transformações humanas da sociedade, e também busca refletir sobre o que estamos fazendo no mundo. Seu grande objetivo é analisar a era moderna, que teve seu início no século XVII e foi até o século XX, sob o ponto de vista das capacidades humanas, que, segundo ela, não podem se perder enquanto não mudar a própria capacidade humana (Arendt, 2007, p.64). Sua análise histórica tem como foco pesquisar as origens da alienação no mundo moderno para se chegar à compreensão da natureza da sociedade.

Capítulo 1

A condição humana

A condição humana, segundo Arendt (2007, p. 15) são as três atividades elementares e essenciais para a vida do homem na terra; o labor, o trabalho e a ação, sem as quais não seria possível ter uma vida boa, que visa à liberdade. O labor (equivalente ao *animal laborans*) seria a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano e atende pelas necessidades vitais. O próprio labor é a condição da vida, sendo o corpo o instrumento vital à subsistência. Ele se desenvolve no âmbito familiar do lar, o que certamente está fora do contexto das atividades da *vita activa*, que deveriam ser desenvolvidas em público. O trabalho (equivalente ao *homo faber*) corresponde ao artificialismo da condição humana, à produção de um mundo artificial de coisas (objetos) que criam um ambiente diferente do ambiente natural já existente. Sua condição humana seria a mundanidade. Em contraposição ao labor, o trabalho é capaz de permitir uma linearidade temporal na qual se pode reconhecer vidas individuais, e não somente a sobrevivência da espécie. Pelo *homo faber* produzir coisas e ter a necessidade de vendê-las, quando ele as expõe para que os outros possam comprar ou trocar, passa a assumir uma posição pública, ao contrário da privacidade do lar do *animal laborans*. A ação é a mais importante das atividades humanas que o homem detém, pois corresponde à condição humana da pluralidade. Ela possibilita ao homem ser político por essência, dotado de relacionamentos entre os próprios homens e, caracteristicamente, é criadora da política: “[é] a única atividade que ocorre diretamente entre os homens, sem a mediação das coisas ou da matéria” (Arendt, 2007, p. 27). Essa atividade é responsável por gerar o novo no espaço de domínio público, “o lugar adequado para a excelência humana” (Arendt, 2007, p. 28) e que sempre demanda a presença de outros, o que nos faz reconhecer a existência perante aos outros e a nós mesmos:

Todas as três atividades e suas condições correspondentes estão intimamente relacionadas com a condição mais geral da existência humana: o nascimento e a morte, a natalidade e a mortalidade. O labor assegura não apenas a sobrevivência do indivíduo, mas a vida da espécie. O trabalho e seu produto, o artefato humano, conferem uma medida de permanência e durabilidade à futilidade da vida mortal e ao caráter efêmero do tempo humano. A ação, na medida em que se empenha em fundar e preservar corpos políticos, cria a condição para a lembrança, ou seja, para a história (Arendt, 2007, p. 27).

Dessa forma, as atividades elementares estão diretamente ligadas à estrutura política, mais precisamente à atividade da ação. A condição humana à qual a autora se refere tem suas origens ligadas ao pensamento filosófico grego de *vida contemplativa*, sendo que seu significado antigo estava diretamente ligado ao fato de o indivíduo, previamente contemplado pela liberdade, não dever se ocupar com atividades ligadas à sua subsistência, estando livre para a contemplação do belo, e assim, livre para se dedicar aos assuntos políticos da *polis*. Consequentemente, nem todas as pessoas conseguiam se dedicar a essas atividades superiores da alma humana, como aqueles que estavam presos ao labor e ao trabalho. Contudo, com o desaparecimento da antiga cidade-estado, o sentido da expressão *vita activa* ou *vida contemplativa* perdeu o seu significado especificamente político, transformando, assim, a atividade da ação como necessária para as coisas da vida terrena, passando de uma atividade que era exercida por poucos para uma atividade que todos teriam o direito de exercer:

A inversão hierárquica na era moderna tem em comum com a tradicional hierarquia a premissa de que a mesma preocupação humana central deve prevalecer em todas as atividades dos homens, posto que, sem um único princípio global, nenhuma ordem poderia ser estabelecida. Tal premissa não é necessária nem axiomática, e o uso que dou a expressão *vita activa* pressupõe que a preocupação subjacente a todas as suas atividades não é a mesma preocupação central da vida contemplativa, como não lhe é superior nem inferior (Arendt, 2007, p. 74).

1.1 - Esferas públicas e privadas

A era moderna, para Arendt, é caracterizada por grandes transformações no jeito de articular a forma tradicional de pensamento com as atividades humanas. Porém, não somente essas transformações chamaram a atenção da autora. Ela caracterizou também profundas mudanças de natureza das próprias atividades que postulava. Assim, nesse livro, Arendt procurou estabelecer algumas importantes diferenças entre os domínios públicos e privados. As coisas e os homens pertencem a um ambiente totalmente criado pelo ser humano. Existir sem a conexão entre essas partes não teria sentido algum. Os homens vivem juntos, pois todas as suas atividades humanas os levam a esse lugar em comum, e juntos promovem a ação, que é a única atividade que não pode ser exercida fora da sociedade dos homens. Ele é um ser social, pois são todos condicionados, através das atividades humanas, a viverem em sociedade e são seres políticos, pois são dotados

da ação, que é a força geradora da capacidade de agir do homem, capacidade que gera a política: “[o] homem é, por natureza, político, isto é, social” (Arendt, 2007, p. 32).

Para a autora, o que realmente muda do mundo antigo para o mundo moderno é uma crescente confusão entre o que se entende como domínio público e privado. O crescimento da esfera social, a ascensão do lar e as atividades econômicas começaram a tomar uma maior proporção pública. Entende-se que a esfera social é de domínio híbrido, na medida em que os interesses privados assumem importância pública. A era moderna conseguiu compreender que a política é de domínio coletivo, uma função da sociedade, com claras questões privadas que se relacionam com o público e com o coletivo. Essa característica híbrida da esfera social produziu uma confusão entre o que era público e privado de interesse coletivo:

O que distingue da realidade moderna essa atitude essencialmente cristã em relação à política não é tanto o reconhecimento de um “bem comum” quanto a exclusividade da esfera privada e a ausência daquele domínio curiosamente híbrido que chamamos de “sociedade” no qual os interesses privados assumem importância pública (Arendt, 2007, p. 89).

O surgimento dessa esfera híbrida inibe a felicidade pública ou a privada, pois gera novamente essa confusão entre os domínios público e privado, causando um enorme deslocamento de princípios de uma esfera para a outra: “[a] busca irresponsável de interesses privados na esfera público-política é tão prejudicial ao bem público quanto a arrogante tentativa dos governos de regular a vida privada de seus cidadãos é prejudicial para a felicidade privada” (Arendt, 2007, p. 32).

Assim, Arendt não dá o braço a torcer ao imaginar que o social forma um espaço próprio, um outro espaço em relação ao público e ao privado, que atenda aos interesses de todos na mesma medida e forma. O social seria como algo que se expande na medida em que perpassa o espaço público e o privado. A era moderna é também difícil de ser compreendida pelo fato da verdadeira rigidez de sua separação (público, o que está realmente ao alcance de todos, e o privado, que tem de ser oculto). Arendt observa que as questões sociais que interessam ao público da coletividade e que se exprimem na cidadania podem se chocar com os interesses privados, e que é preciso conciliar liberdade e igualdade ou espaço político e justiça:

O que chamamos anteriormente de advento do social coincidiu historicamente com a transformação do interesse privado pela propriedade privada em uma preocupação pública. Logo que ingressou no domínio público, a sociedade assumiu o disfarce de uma organização de proprietários, que, ao invés de requererem o acesso ao domínio público em virtude de sua riqueza, exigiram dele proteção para o acúmulo de mais riqueza (Arendt, 2007, p. 113).

Segundo a autora, os antigos acreditavam que a política tinha uma transparente demarcação entre as coisas da natureza pela sobrevivência e as coisas pelas políticas de liberdade, que se vinculavam ambas ao cidadão, que, desde os gregos, viam a política como um acréscimo à vida privada, no lar. Segundo Arendt, com o surgimento da pólis, o homem pertence agora a dois mundos, um que é privado e um outro que é comum a todos,. Ela defende que o ser humano é apolítico, assegurando a ideia que a política se dá no espaço entre os homens, ou seja, fora deles. Ela se constitui exatamente por essa relação entre homens: “[o] único fator material indispensável para a geração do poder é a convivência entre as pessoas” (Arendt, 2007, p. 33).

Capítulo 2

Labor, trabalho e ação

2.1 - Labor

A partir do momento em que nascemos para este mundo, nos é imputada a condição de sobrevivência e utilizamos o nosso corpo como forma do processo vital da vida. A atividade do *labor* é o resultado da simples condição de estarmos vivos e convivendo com os outros ao nosso redor. Essa atividade da condição humana caracteriza-se por ser executada de maneira árdua ou pesada, de forma privada, pois não necessita de mais ninguém para sua realização. Ela é executada no âmbito da família e se constitui de momentos bons e ruins. Segundo Arendt,

[c]ada atividade humana assinala sua localização adequada no mundo e os juízos históricos das comunidades políticas, mediante as quais cada uma delas determinava quais atividades da *vita activa* deveriam ser admitidas em público e quais deveriam ser ocultadas na privacidade, podem corresponder à natureza dessas mesmas atividades (Arendt, 2007, p. 112).

O labor necessita de privacidade para ser bem executado e não precisa ter contato com o público. Essa atividade estava normalmente vinculada à vida biológica. No labor, existe um ciclo incessante de esgotamento e regeneração. Essa atividade visa à relação do homem com a natureza e à sua própria subsistência individual. Seu produto final no mundo é efêmero, passageiro, não tem uma grande substancialidade na sua existência. Nesses produtos finais não existe a capacidade de formar ou desfrutar da durabilidade necessária para conseguir transcender o tempo de vida de quem o produziu. Segundo Arendt (2007, p. 110), o trabalho jamais transcende a vida. Como o objeto não transcende a vida do produtor no sentido biológico, essa atividade se propõe com muita labuta:

Em nenhuma outra atividade os seres humanos podem experimentar a bênção da vida como um todo, decorrente da circunstância de que no labor o esforço e a gratificação se seguem tão proximamente quanto a produção e o consumo, de modo que a felicidade é concomitante ao processo (Arendt, 2007, p. 153).

Essa “benção” de que Arendt fala se justifica quando ela nos mostra que o labor não diferencia animal ou ser humano. Ao passo que cada pessoa labora e consome, se torna um *animal laborans*, ou seja, só mais uma criatura animal que povoa a terra.

2.2 - Trabalho

O trabalho corresponde à atividade humana ligada à mundanidade, já que a existência humana depende de um mundo artificial de coisas duráveis criado pela produção do *homo faber*. O mesmo cria uma temporalidade diferente da do *animal laborans*, fazendo com que as nossas individualidades se mostrem diferentes do fardo carregado pela produção do *animal laborans*, contribuindo para a criação de um espaço entre a natureza e a vida humana. O *homo faber*, por produzir seus objetos no isolamento ou na companhia de alguns poucos aprendizes, necessita exibir seus produtos finais para troca ou venda de mercadorias. Ele necessita de um lugar fora do âmbito da produção (privado) e passa a criar um ambiente (mercados) público, mesmo que com interesse privado de vender ou trocar seus produtos, relacionando-se com outros *homines faber* apenas nesse ambiente de troca:

Ao contrário do *animal laborans*, cuja vida social é sem mundo e gregária, e que, portanto, é incapaz de construir ou habitar domínio público, mundano, o *homo faber* é perfeitamente capaz de ter um domínio público próprio, embora não possa ser um domínio político propriamente dito (Arendt, 2007, p. 270).

Arendt nos mostra que a sociedade comercial é um fenômeno típico da era moderna. No entanto, salienta que desde os gregos antigos e os romanos, os artífices criaram um espaço público para a apresentação de seus produtos privados, ocupando esse lugar público de um jeito apolítico. Ao contrário do produto do *animal laborans*, que não tem durabilidade e não transcende o seu produtor, a fabricação do *homo faber* consiste na retificação em coisificação. O *homo faber* explora a natureza para extrair dela a matéria prima para a produção das infinitas coisas do artifício humano, e depois de o seu produto ser fabricado, mediante sua habilidade, o modelo de produção não será esquecido pelo seu fabricante. A durabilidade do seu produto é diferente do produto do *homo laborans*, que é vital apenas ao processo biológico. Esses objetos são criados para melhorar a vida das pessoas:

O *homo faber* pode atingir sua cota própria de imortalidade, ainda que limitada e paradoxalmente impessoal, exceção feita ao artista e sua obra, afinal, a obra é a atividade correspondente à não naturalidade da existência humana, que não está engastada no

sempre recorrente ciclo vital da espécie e cuja mortalidade não é compensada por este último (Arendt, 2007, p. 26).

O que o *homo faber* tem como distinto é o fato que sua mentalidade é baseada por meios e fins, e que essa cadeia nos remete a um ciclo infinito. Por isso, para Arendt, o utilitarismo sistemático faz parte da filosofia do *homo faber*, que produz um efeito colateral por não ter significado. Segundo Arendt, a única forma de fugir da ausência de significado em um mundo utilitário é recuar subjetivamente, para que sua vida não seja baseada nos fins e nos meios: “[p]or meio das faculdades inter-relacionadas da ação e do discurso, o *homo faber* é redimido de seus vícios” (Arendt, 2007, p. 276).

A tragédia consiste, em suma, na generalização da experiência da fabricação, na qual a serventia e a utilidade são estabelecidas como critérios últimos para a vida e para o mundo dos homens e somente na medida em que o processo vital se apodera das coisas e as utiliza para seus fins é que a instrumentalidade limitada e produtiva da fabricação se transforma na instrumentalização ilimitada de tudo o que existe (Arendt, 2007, p. 27).

2.3 - Ação

A ação é a mais importante das atividades humanas que o homem detém, pois corresponde à condição humana da pluralidade. A ação possibilita ao homem ser político por essência, dotado de relacionamentos entre os próprios homens e, caracteristicamente, é criadora da política: “[é] a única atividade que ocorre diretamente entre os homens, sem a mediação das coisas ou da matéria” (Arendt, 2007, p. 27). Essa atividade é responsável por gerar o novo, e ocorre no espaço de domínio público, “o lugar adequado para a excelência humana” (Arendt, 2007, p. 28) e que sempre demanda a presença de outros, o que nos faz reconhecer a existência perante aos outros e a nós mesmos. Arendt salienta que o espaço público abriga só o que é relevante, e que as experiências íntimas e individuais não têm espaço nesse lugar a não ser que sejam transformadas e que suas categorias de individualização sejam extintas. Assim, o que é irrelevante ocupa lugar somente no domínio privado.

Ela nos conta que “o homem só se insere por palavras e atos, em uma espécie de segundo nascimento, por meio do qual confirmamos e assumimos nosso aparecimento físico original” (Arendt, 2007, p. 28). Como a ação se dá no espaço entre as pessoas, ela faz com que os indivíduos se mantenham “juntos”, unidos. Na medida em que aqueles que agem são iniciadores em meio a iniciadores, acabam por instaurar o que Arendt

nomeia de “teia de relações humanas” (Arendt, 2007, p. 29) na qual as consequências da ação são sentidas por todos. Assim,

[é] em virtude dessa teia preexistente de relações humanas, com suas inúmeras vontades e intenções conflitantes, que a ação quase nunca atinge seu objetivo; mas é também graças a esse meio, onde somente a ação é real, que ela ‘produz’ histórias, intencionalmente ou não, com a mesma naturalidade com que a fabricação produz coisas tangíveis (Arendt, 2007, p. 29).

Levando isso em consideração, para o nosso contexto o que é mais importante é que “as histórias, resultado da ação e do discurso, revelam um agente, mas esse agente não é autor nem produtor. Alguém as iniciou e delas é o sujeito, na dupla acepção da palavra, seu ator e seu padecente, mas ninguém é seu autor” (Arendt, p. 29).

Como a ação atua sobre seres que são capazes de realizar suas próprias ações, a reação, além de ser uma resposta, é sempre uma nova ação que segue seu curso próprio e afeta os outros. Assim, a ação e a reação entre os homens jamais se passam em um círculo fechado e jamais podem ser restringidas de modo confiável a dois parceiros. Ela sempre se dará em espaço público.

2.4 - A *vita activa* e a era moderna

Uma das maiores manifestações da era moderna foi a ideia de que “todos os objetos de uso são vistos como se fossem bens de consumo” (Arendt, 2007, p. 34), sendo que o processo de repetição no momento de fabricação, após a revolução industrial, deixa como marca a circularidade do trabalho para essa nova era, devido ao fato da necessidade de substituição das coisas mundanas. Com isso, diz Hannah Arendt,

[t]emos de consumir, devorar, por assim dizer, nossas casas, nossa mobília, nossos carros, como se estes fossem as ‘coisas boas’ da natureza que se deteriorariam inaproveitadas se não fossem arrastadas rapidamente para o ciclo interminável do metabolismo do homem com a natureza. É como se houvésssemos rompido à força as fronteiras distintivas que protegem o mundo, o artifício humano, da natureza, tanto o processo biológico que prossegue dentro dele, quanto os processos naturais cíclicos que o rodeiam, entregando-lhes e abandonando-lhes a sempre ameaçada estabilidade de um mundo humano. os ideais do *homo faber*, fabricante do mundo, que são a permanência, a estabilidade e a durabilidade, foram sacrificados à abundância, o ideal do *animal laborans* (Arendt, 2007, p. 35).

O *animal laborans* se diz vitorioso com a ascensão da vida biológica como bem supremo, o que, segundo a autora, “traduz o apequenamento da estrutura e do horizonte do homem moderno” (Arendt, 2007, p. 35), para o qual a felicidade era vista como seu maior bem e mostra claramente como uma vontade de consumir incontrolável. Isso ocorre porque

[o] tempo excedente do *animal laborans* jamais é empregado em algo que não seja o consumo, e quanto maior é o tempo de que ele dispõe, mais ávidos e ardentes são os seus apetites. O fato de que esses apetites se tornam mais sofisticados, de modo que o consumo já não se restringe às necessidades da vida, mas, ao contrário, concentra-se principalmente nas superfluidades da vida, não altera o caráter dessa sociedade, mas comporta o grave perigo de que afinal nenhum objeto do mundo esteja a salvo do consumo e da aniquilação por meio do consumo (Arendt, 2007, p. 35).

Politicamente, isso significa que

uma sociedade de consumidores possivelmente não é capaz de saber como cuidar de um mundo e das coisas que pertencem de modo exclusivo ao espaço das aparências mundanas, visto que sua atitude central em relação a todos os objetos, a atitude de consumo, condena à ruína tudo em que toca (Arendt, 2007, p. 35).

A era moderna se apropria instrumentalmente do *homo faber*, cuja capacidade de destruição é enorme. Isso significa que a vitória do *animal laborans* é, por assim dizer, a vitória da condição humana dessa atividade sobre qualquer outra atividade da condição humana-trabalho e a ação. A autora nos chama atenção ao fato de que o *animal laborans* venceu a disputa entre as atividades da condição humana e que isso se torna um grande “perigo, de que o homem possa estar disposto e a ponto de converter-se naquela espécie animal da qual, desde Darwin, ele imagina descender” (Arendt, 2007, p. 35).

Do mesmo modo da vitória do labor, na modernidade, a busca da imortalidade (concepção grega) foi substituída pela busca da longevidade anônima, e isso tem implicações extremas para a política e o mundo comum que é seu espaço próprio. Para Arendt, “não há espaço para a política onde não há uma dimensão da grandeza que transcenda o mero estar vivo e os deleites que ele envolve, onde a liberdade não se sobreponha à saciedade” (Arendt, 2007, p. 36).

Com a vitória do *animal laborans*, o que está em questão aqui é a própria existência do mundo, que está sempre ameaçada pelos processos mobilizadores da satisfação humana. A grande questão que Arendt formula sobre esse aspecto é:

[q]uanto mais fácil se tornar a vida em uma sociedade de consumidores ou de trabalhadores, mais difícil será preservar a consciência das exigências da necessidade que a compele, mesmo quando a dor e o esforço, as manifestações externas da necessidade, são quase imperceptíveis. O perigo é que tal sociedade, deslumbrada pela abundância de sua crescente fertilidade e presa ao suave funcionamento de um processo interminável, já não seria capaz de reconhecer a sua própria futilidade (Arendt, 2007, p. 36).

Conseguimos, aqui, enxergar que a mentalidade e o ideal de vida do *animal laborans* confirma, por meio da ação, que o nascimento de cada pessoa pode gerar uma novidade no mundo, e que essa novidade pode mudar completamente o rumo das nossas vidas. O interesse que Hannah Arendt demonstra pela *vita activa* foi motivado pela tentativa de compreender a tradição do pensamento político e da história política do mundo ocidental devido ao declínio do domínio público e ao desaparecimento das atividades propriamente políticas da ação e do discurso e, mais precisamente, com os governos autoritários e o surgimento do trabalhador-consumidor. Por fim, Arendt nos deixa um legado importantíssimo de que a ausência do espaço público, dominado por homens que não presam pela liberdade dos indivíduos, a ausência da ação e do agir e a ascensão do *animal laborans*, produziram, na era moderna, todas as atrocidades que mais tarde se configuravam na ideia do totalitarismo: “a cada novo nascimento um novo começo nasce no mundo, um novo mundo passa potencialmente a existir” (Arendt, 2007, p. 37).

Capítulo 3

A escola e seu papel na sociedade

Neste capítulo, será abordada a definição de escola e o seu papel na formação dos cidadãos. Sabemos que uma das funções mais importantes da escola é a formação do homem na sociedade, contribuindo com a sua socialização e sua formação moral, além da aprendizagem de conteúdos, conhecimento científico e formação acadêmica. Sabemos também que, para existir uma aprendizagem significativa, ou seja, uma aprendizagem de qualidade e verdadeira, toda a comunidade escolar precisa estar em harmonia, desde seus funcionários, que fazem parte do corpo administrativo, passando pelos funcionários que fazem parte da limpeza e organização da escola, até chegar nos educadores, os coordenadores pedagógicos, diretores, professores e outros funcionários da escola.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a escola tem a função social de formar cidadãos, conforme o artigo 22: “a educação básica tem como finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

Para Paulo Freire (Schram apud. Carvalho, 2018), a escola deve ser um local de trabalho, de ensino e de aprendizagem. Um ambiente que proporcione constantes mudanças aos envolvidos, no qual possam estar sempre se superando, visto que a escola constitui um local voltado à atividade do pensar.

Freire (2018) sempre acreditou na capacidade dos homens e das mulheres de criar, apresentando, assim, a escola como parte da sociedade. Em seu pensamento, a sociedade é moldadora da educação estabelecida, e não o contrário – a educação moldadora da sociedade vigente. Desse modo, a educação é vista como um instrumento de democratização, possibilitando a convivência comunitária de grupos sociais através do diálogo e da participação de todos, juntos no mesmo processo, como parte de uma engrenagem.

3.1 - A escola enquanto espaço democrático

Desde a Grécia antiga, a democracia e a educação fazem parte do mesmo processo da civilização humana. Para os gregos antigos, inventores da democracia, a educação tinha a função de transformar as crianças em adultos capazes de entender o mundo e nele

agir de forma consciente, não havendo separação entre um ser educado e um cidadão (Ministério da Educação, 2016.)

A democracia só é plena com educação, e a educação só é plena na democracia. Ambas são dependentes uma da outra e só funcionam, genuinamente, se estiverem em acordo. Caso contrário, conforme presenciado inúmeras vezes na história, as consequências desse desacordo são fatais, tanto para a educação, quanto para a democracia.

Tendo isto em vista, é preciso que a escola atual crie formas de adequar seus métodos de ensino e de relação entre os envolvidos com base em um sistema democrático, no qual alunos e professores possam estabelecer um panorama de troca de aprendizagens, em que os discentes se tornam protagonistas de seu processo de aprendizagem.

Segundo o conceito da Escola Construtivista (Piaget, 1972), afirma-se que o aprendizado é construído pelo aluno por meio de estímulos promovidos por educadores e pela escola. Nesse processo, os estudantes exercem papel ativo em sua aprendizagem, pois é sabido que o conhecimento se constrói no indivíduo de forma intrínseca, pois é a partir dele que se inicia o processo educacional. Esse método educacional se contrapõe ao método tradicional de ensino, em que o conhecimento era passado pelo educador para o estudante de forma expositiva, sem a participação dos alunos, perpetuando uma visão não-democrática de ensino.

Consequentemente, por esse método de ensino ultrapassado prevalecer nas instituições de educação regular, a própria sociedade é moldada de maneira em que os alunos, principais agentes desse processo, não são empoderados com autonomia de pensamento. O que prevalece nas salas de aula do Brasil ainda é um método de ensino de reprodução de conteúdos programáticos, que perde por não incluir a todos em seu propósito educativo.

Observando o cenário sócio-político brasileiro atual, cabe questionar qual seria a função da escola enquanto espaço democrático que proporcione um pensamento crítico entre os indivíduos acerca de sua formação intelectual. Vale ressaltar a necessidade da liberdade reflexiva dos alunos dentro desse contexto, no qual os professores atuam como mediadores de conhecimento, deixando de lado a figura autoritária tradicional de um ensino unilateral, para congruir em uma perspectiva colaborativa junto aos discentes:

Não devemos chamar o povo à escola para receber instruções, postulados, receitas, ameaças, repreensões e punições, mas para participar coletivamente da construção de um saber, que vai além do saber de pura experiência feita, que leve em conta as suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe transformar-se em sujeito de sua própria história. A participação popular na criação da cultura e da educação rompe com a tradição de que só a elite é competente e sabe quais são as necessidades e interesses de toda a sociedade. A escola deve ser também um centro irradiador da cultura popular, à disposição da comunidade, não para consumi-la, mas para recriá-la. A escola é também um espaço de organização política das classes populares. A escola como um espaço de ensino-aprendizagem será então um centro de debates de idéias, sua própria experiência. O filho do trabalhador deve encontrar nessa escola os meios de auto-emancipação intelectual independentemente dos valores da classe dominante. (Freire, 1991, p. 16).

É imprescindível a importância de estabelecer uma escola democrática na atualidade, frente a constantes mudanças e desvalorização das instituições de ensino no Brasil. O principal pilar da educação popular foi um tema levado por Paulo Freire para a administração pública, assim como a opção política por uma educação crítica, comprometida com princípios de solidariedade e justiça social e maior autonomia do educando. Preocupado com a função da escola em viabilizar esse conceito de democracia dentro do ambiente de aprendizagem, Freire demonstra a importância da renovação dos métodos de ensino, visto que a escola acompanha o movimento da sociedade e vice e versa.

Assim, torna-se fundamental a compreensão da sociedade como um todo, buscando sua avaliação sobre a estrutura social, política e econômica, relacionando-se ao contexto de crianças, jovens e adultos que serão, no futuro, inseridos no mercado de trabalho. Ao almejar uma educação de qualidade, atrelada à ideia de democracia, que vise a oportunidade de ensino a todos, a relação entre docentes e discentes constitui a essência de um pensamento inovador a ser aplicado nas escolas.

3.2 - O conceito de esfera pública e a escola

O conceito de esfera pública em Hannah Arendt surge na atividade da ação, que é a atividade elementar para a vida humana em sociedade. Assim nasce a política, praticada no ambiente público entre os homens. Arendt classifica o trabalho (labor) e a produção (“work”) no domínio da esfera privada (Arendt, 1958).

O conceito de público faz menção a dois termos que diferem, mas que possuem ligação um com o outro. “Público” é caracterizado pela ideia de algo que pertence a todos, algo que é acessível. Logo, esse termo também é centrado na ideia de “comum”, pois a

realidade do mundo é composta de bens e interesses comuns de negócios e relações humanas, posto que é partilhado entre indivíduos que se relacionam entre si.

“Com o desenvolvimento da sociedade de massas, o homem perdeu a capacidade de viver em “comum”, limitando-se à atividade de consumo” (Arendt, 1958). O aspecto primordial a ser considerado ao se pensar no conceito de esfera pública na obra de Hanna Arendt é o de que a aplicação de uma importância fundamental a esse espaço se dá pelo fato de ser considerado fonte geradora de toda a vida política de uma comunidade.

A autora desejou resgatar a dignidade política nos tempos modernos, uma vez que a autonomia, que sempre se caracterizou como atribuição essencial da mesma, tem se tornado cada vez menos notada na realidade social atual. A política deixa de ser um fim em si mesmo para tornar-se um mero meio para a obtenção de interesses privados, que condizem aos interesses do próprio indivíduo, e não da comunidade ao qual está inserido. Assim, Arendt oferece o resgate de valores da antiguidade clássica, com o objetivo de apresentar uma nova forma de organização da política nas sociedades contemporâneas, de modo que devolva a elas suas características originais.

Neste sentido, a política é o âmbito da liberdade, da igualdade e da pluralidade, onde o poder é criado de maneira mútua e colaborativa pelos indivíduos, por meio da ação conjunta e da comunicação. Isto é, a ação humana é fundamentalmente o que possibilita a chance de existência de um espaço coletivo, a partir do qual a política é capaz de ser exercida.

Partindo dessa ideia, é possível destacar a relação entre política e a escola, relação entre teoria democrática e prática pedagógica, contribuindo para uma educação democrática. A democracia precisa gerar, primeiro, através dos processos de formação geral (educação), os pressupostos da sua própria subsistência cultural e moral, que são as bases da sua sustentação.

A educação democrática sempre fez parte dos empreendimentos político-filosóficos das sociedades, contudo, nos tempos atuais, esse princípio vem sendo deixado de lado no sistema capitalista. Cada vez mais, surge uma educação voltada para a formação individualizada, para as classes que constituem as elites econômicas, e que se sobrepõe a um ensino democratizado, no qual todos os cidadãos recebem as mesmas oportunidades de ensino.

A educação pública tem como função a formação dos objetivos democráticos nos cidadãos, direcionando e construindo seu pensamento para uma harmonia social, de

consciência cívica e de respeito entre as camadas sociais. Porém, existe um debate político-educacional sobre a função dessa educação pública que defende que ela deva produzir e orientar as características de carreira profissional dos cidadãos.

Neste capítulo, irei traçar um paralelo sobre o resgate do pensamento arendtiano dos conceitos de esfera comum (*koinon*), que trata do exercício da vida pública no espaço político, e esfera privada (*idion*), o ambiente familiar, que compreende as necessidades individuais para sobrevivência humana. Nesta visão, entende-se que a escola atua de maneira política ao propor a formação de cidadãos em uma esfera pública, e que oferece um espaço democrático para a construção do pensamento crítico dos estudantes acerca do mundo em que estão inseridos.

De maneira distinta, porém, não menos importante, a família enquanto esfera privada também caracteriza um elemento-chave para a compreensão dos desafios atuais que a escola enfrenta no Brasil e no mundo. Em seu texto *A Crise na Educação* (1957), Arendt afirma que, ao chegar ao mundo, a criança é uma criatura viva ainda não-desenvolvida, e a educação é o fator único e principal função de sua vida. Ela consistiria apenas na manutenção da vida, junto às tarefas de ensino e práticas que todos os animais ensinam a seus filhos.

Os pais humanos não apenas geram os filhos, mas os introduzem ao mundo por meio da educação. Passam a assumir uma dupla responsabilidade sobre a manutenção da vida e o desenvolvimento da criança, tal como por sua continuidade no mundo. Essas responsabilidades enfrentadas pelos pais podem colidir, pois a criança precisa ser especialmente protegida e cuidada para evitar que o mundo externo a possa destruir. Por outro lado, o mundo tem a necessidade de proteção, que o impeça de ser devastado pelos recém-chegados, quando, a cada nova geração, assumem um novo papel social ocupando o âmbito político:

Porque a criança tem necessidade de ser protegida contra o mundo, o seu lugar tradicional é no seio da família. É lá que, ao abrigo de quatro muros, os adultos regressam cada dia do mundo exterior e se unem na segurança da vida privada. Esses quatro muros, ao abrigo dos quais se desenrola a vida familiar, constituem uma proteção contra o mundo e, em particular, contra o aspecto público do mundo. Delimitam um lugar seguro sem o qual nenhuma coisa viva pode prosperar. Isto é válido, não somente para a vida da criança, mas também para a vida em geral — por todo o lado em que esta é constantemente exposta ao mundo sem a proteção da intimidade e da segurança privadas, a sua qualidade vital é destruída. No mundo público, comum a todos, as pessoas contam, e também conta a obra, quer dizer, a obra produzida pelas nossas mãos, a obra pela qual cada um de nós contribui para o nosso mundo comum. Mas, aí, a vida enquanto vida não conta. O mundo não se

pode interessar por ela e ela tem que se esconder e proteger do mundo” (Arendt, 1957, p. 9).

Assim sendo, a educação contemporânea representada pelo papel da escola na sociedade não pode se dissociar da importância da família na vida dos jovens. É no seio familiar que a criança encontrará a base de seu aprendizado mais rudimentar, aquele que busca a sobrevivência e sua manutenção no mundo. Cabe aos pais, ou a aqueles que atuam como formadores do ser recém-chegado, prover o necessário para este ser se desenvolver com todas as oportunidades que precisa para alcançar êxito em sua educação.

Infelizmente, a realidade social do Brasil não se adequa ao conceito idealizado mencionado. A presença de uma desigualdade social atroz é conclusiva para compreender que a esfera privada, neste país, nem sempre garante o mínimo exigido para a subsistência de um ser humano, o que acaba por ser apenas o resultado da má-administração política da máquina pública.

Isto torna a educação básica de qualidade papel do Estado, de garantir um espaço democrático para que todos, sem distinção de classes sociais e etnias, tenham direito a desenvolver seu raciocínio de maneira colaborativa com os demais integrantes do ambiente escolar, a fim de que possam alcançar patamares avançados de produção intelectual.

A neutralidade do Estado sobre uma educação democrática acarreta um grande risco para a própria continuidade da democracia dentro do Estado democrático de direito. A existência das escolas privadas, com um viés de cosmovisão sobre o mundo em que vivemos, se contrapõe ao papel da escola pública como formadora de capacidades democráticas de uma nação.

A educação pública, por sua vez, tem o papel de ajudar todos os cidadãos de uma maneira igualitária, produzindo nos indivíduos a capacidade de eles exercerem seus direitos políticos, suas visões diferentes do mundo, sua conduta ética e moral, além de alcançarem a autoconfiança dentro da sua comunidade.

Há uma grande disparidade de ensino e estrutura entre as escolas públicas e as escolas privadas, e o que isso produz muda radicalmente a realidade política vigente de determinada sociedade. As escolas privadas atendem ao chamado das necessidades que lhes é imposta, direta ou indiretamente, buscando cada vez mais suprir demandas tecnicistas, que muitas vezes são criadas pelos próprios meios de produção, visando ao abastecimento de novas funções e novos cargos exigidos pelo mercado. Já as escolas

públicas, antes de qualquer formação que atenda às mesmas demandas mercadológicas exigidas nas escolas privadas, devem ensinar aos alunos as condutas que permitam a eles atuarem, de forma moralmente autoconfiante, individualmente e coletivamente em suas comunidades.

Segundo Arendt, “[a] educação está entre as atividades mais elementares e necessárias da sociedade humana, que jamais permanece tal qual é, porém se renova continuamente através do nascimento, da vinda de novos seres humanos” (Arendt, 2007, p. 285). Sendo assim, é necessário entender que a escola pública é um local onde se formam indivíduos para a cooperação dentro da própria esfera pública, gerando cidadãos sociáveis, cada um diferente dos outros, porém, com o mesmo senso de identificação democrática.

Vivemos em tempos de grandes mudanças sociais, políticas, climáticas, mudanças de relacionamento entre os seres humanos e os seres vivos, entre os humanos e o planeta Terra. Cabe questionar como o ensino público vai se adaptar a essas novas configurações que nos são postas dia após dia, já que a adaptação do ensino privado acompanha, quase que instantaneamente, essas novas regras que são colocadas, muitas vezes, pela demanda que vem do próprio âmbito privado da sociedade.

Assim, o pensamento produzido a respeito das condições humanas elementares, de Hannah Arendt, é atemporal. Suas contribuições filosóficas e políticas, e até mesmo educacionais – já que vimos que democracia e educação são dependentes entre si – contribuem para um pensar mais elementar sobre o nosso lugar no mundo que vivemos. Sem dar nenhuma resposta direta, Arendt nos mostra as questões que tomaram conta da humanidade e ainda permeiam os nossos dias atuais.

Conclusão

A partir do que foi exposto no trabalho, conclui-se que Hannah Arendt, no livro *A condição humana*, se preocupa primordialmente com a esfera pública ou com a coisa pública. A autora considera que a liberdade política de participação democrática é essencial à vida humana e está caracterizada na atividade da ação. Essa condição humana é responsável pela criação da política, que se dá entre os homens no espaço público.

Além de buscar compreender a evolução da sociedade, ela tem como finalidade de pesquisa entender as origens da alienação do mundo moderno. Por isso, segundo a autora, os homens estão ligados às condições que lhes são impostas para sua sobrevivência, como, por exemplo, a cultura, a família, o modo de pensar e agir etc. Dessa forma, todas as atividades humanas seriam condicionadas, sendo o labor a chave para explicar o artificialismo da existência humana, produzindo coisas artificiais que, no fundo, contribuem para a alienação dos homens.

Sobre o trabalho, ela condena as relações dessa atividade, pois faz com que os homens se preocupem muito mais com aquilo que produzem do que com aquilo que eles realmente são por natureza. A respeito da distinção entre vida pública e privada e suas relações, Arendt nos mostra que a vida pública seria o resultado do que o homem produz na sua vida privada, saindo desse ambiente e criando o que conhecemos como público, comum a todos.

Ao analisar a escola enquanto espaço democrático na sociedade, identifica-se a relação entre o pensamento da autora sobre o exercício da ação enquanto comportamento político. A importância da educação pública de qualidade para todos é o que torna possível o diálogo sobre uma esfera pública democrática, que visa oportunizar a colaboração entre os indivíduos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem e capacitar jovens alunos a exercer o livre debate crítico acerca de suas realidades no mundo.

Bibliografia

Arendt, Hannah. *A Condição Humana*. 10ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2007.

Arendt, Hannah. “A crise na educação”. *Partisan Review*, 25, 4 (1957).

Arendt, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Tradução Mauro W. Barbosa de Almeida. 3ª reimpressão da 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 200.

Brasil. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, LDB. 9394/1996.

Brasil. *Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular*.

Freire, Paulo (1991). *A educação na cidade*. São Paulo: Cortez Editora

Piaget, J. *Os estágios do desenvolvimento intelectual da criança e do adolescente*. In: Piaget. Rio de Janeiro: Forense, 1972.

Schram, Sandra Cristina; Batista, Marco Antonio. *A influência do pensamento de Paulo Freire na prática pedagógica dos pedagogos*. 2007.